

NÃO É NOSSEAS LUTAS

CONDIÇÕES DE TRABALHO
CONVIVÊNCIA SAUDÁVEL
DEMOCRACIA

EDUCAÇÃO FEDERAL
EM LUTA!

ANDES

SINDICATO NACIONAL



SINDOif

SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NO IFRS

Conheça nossa pauta de luta!

O ANDES-SN aprovou a pauta do setor das instituições federais de ensino no 42º Congresso, ocorrido entre 26 de fevereiro e 1º de março de 2024, em Fortaleza/CE.

✓ Que as seções sindicais construam nas bases das instituições federais de ensino a proposta da pauta de reivindicações da greve por tempo indeterminado em 2024, tendo como principais eixos reivindicatórios:

✊) a recomposição do orçamento de cada instituição federal de ensino, bem como do orçamento da ciência, tendo como base, no mínimo, os valores executados em 2023;

✊) a revogação do “Novo Ensino Médio (NEM)” e a defesa do modelo de ensino médio integrado dos institutos federais e dos centros federais de educação tecnológica;

✊) a retirada definitiva da proposta de reforma administrativa (PEC 32) da pauta do Congresso Nacional;

✊) a garantia da ampliação do orçamento da assistência estudantil em relação aos valores executados em 2023;

✊) a defesa de políticas de enfrentamento ao assédio, às opressões e ao adoecimento docente em todas as instituições federais de ensino;

✊) a revogação de todas as medidas do executivo (portarias, decretos e instruções normativas) que atacam as servidoras, os servidores e os serviços públicos;

✊) a reestruturação das atuais carreiras docentes com objetivo de alcançar a carreira única de professor(a) federal;

✊) a definição de piso salarial profissional e de data-base para docentes federais;

✊) a reposição salarial para docentes federais de acordo com a proposta do Fonasefe.

✊) a reposição de códigos de vaga e realização de concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação.

✓ A construção da greve nas bases do ANDES-SN deverá prever a possibilidade de ampliação da pauta, em comum acordo com a FASUBRA e o SINASEFE, em direção a uma greve nacional da educação.

✓ **Revogação do novo Arcabouço Fiscal e da política tributária que mantém impostos regressivos e favorece o grande capital em detrimento da classe trabalhadora.**

✓ **Alteração de políticas que impõem prejuízos à categoria e aos demais setores da classe trabalhadora:**

👊) **Revogação das emendas constitucionais das contrarreformas da previdência (EC nº 41/2003 e EC nº 103/2019);**

👊) **Pelo fim da lista tríplice, com a garantia de, no mínimo, paridade entre os segmentos, e que o processo de escolha de reitores inicie e se encerre nas instituições federais de ensino;**

👊) **Revogação da IN nº 66 de 2022, de modo a assegurar progressões múltiplas, e que progressões e promoções funcionais tenham efeitos financeiros a partir da data em que os requisitos sejam adquiridos e não da data de conclusão do processo administrativo;**

👊) **Revogação da Portaria nº 983/2020, que impacta a atuação de docentes EBTT, provocando uma ruptura na isonomia com docentes do Magistério Superior;**

👊) **A substituição da expressão “magistério superior” por “magistério federal” no Decreto nº 1.590 de 1995 que dispensa controle do ponto para os atuantes na docência superior federal, estendendo essa prerrogativa aos docentes EBTT;**

👊) **Revogação do art.10 da Portaria Conjunta nº 2 de novembro de 2012, que fixa o limite de R\$ 5.000,00 para o pagamento de processos autorizados no módulo de exercícios anteriores.**

✓ **Aprofundar a luta pela destituição imediata dos interventores de Bolsonaro, que ainda se mantêm no governo Lula.**

✓ **Lutar pelo reconhecimento do direito ao reposicionamento de docentes integrantes da carreira do magistério federal que foram admitidos em outras IFE por meio de concursos públicos.**

✓ **Lutar para que o MEC garanta o pagamento de FCC, FG e CD para todas as coordenações de curso, chefias de departamento e direções de unidades existentes nas instituições federais de ensino.**

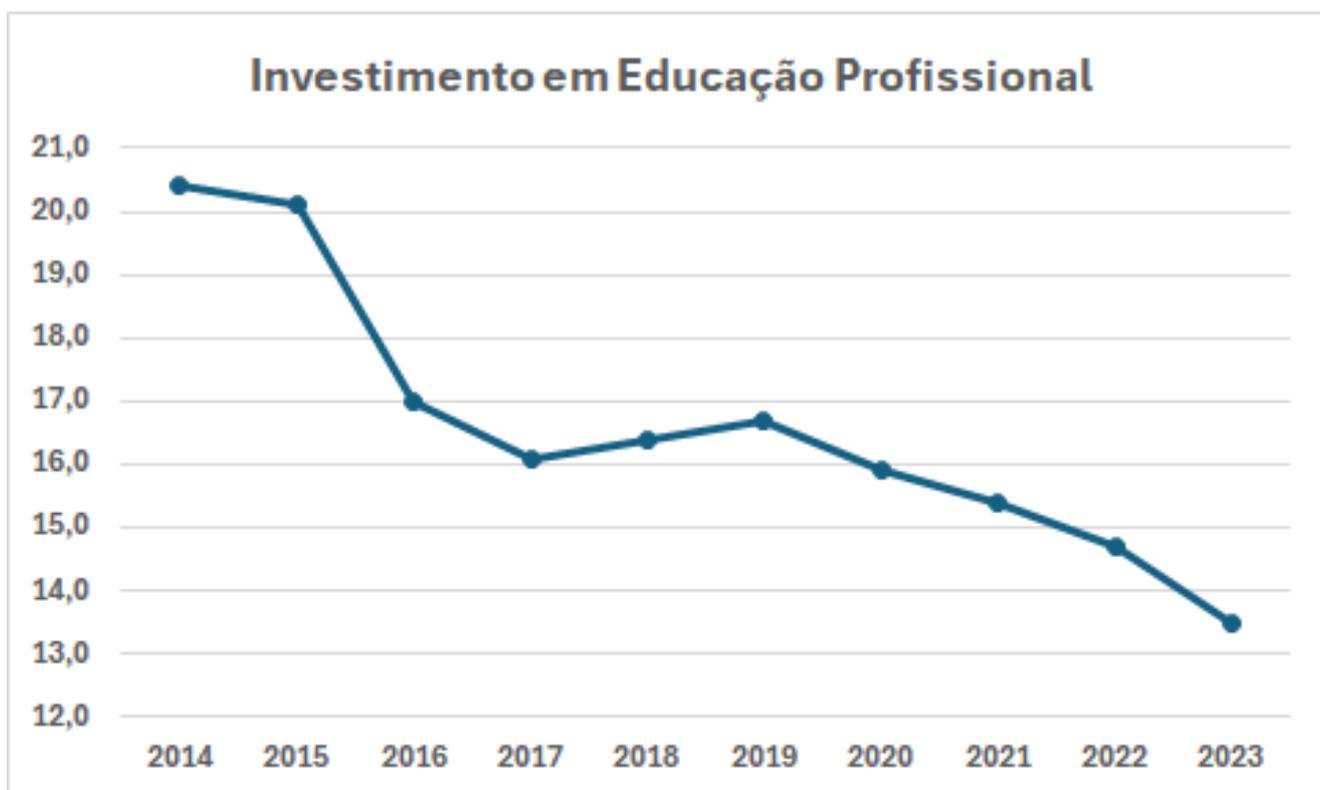
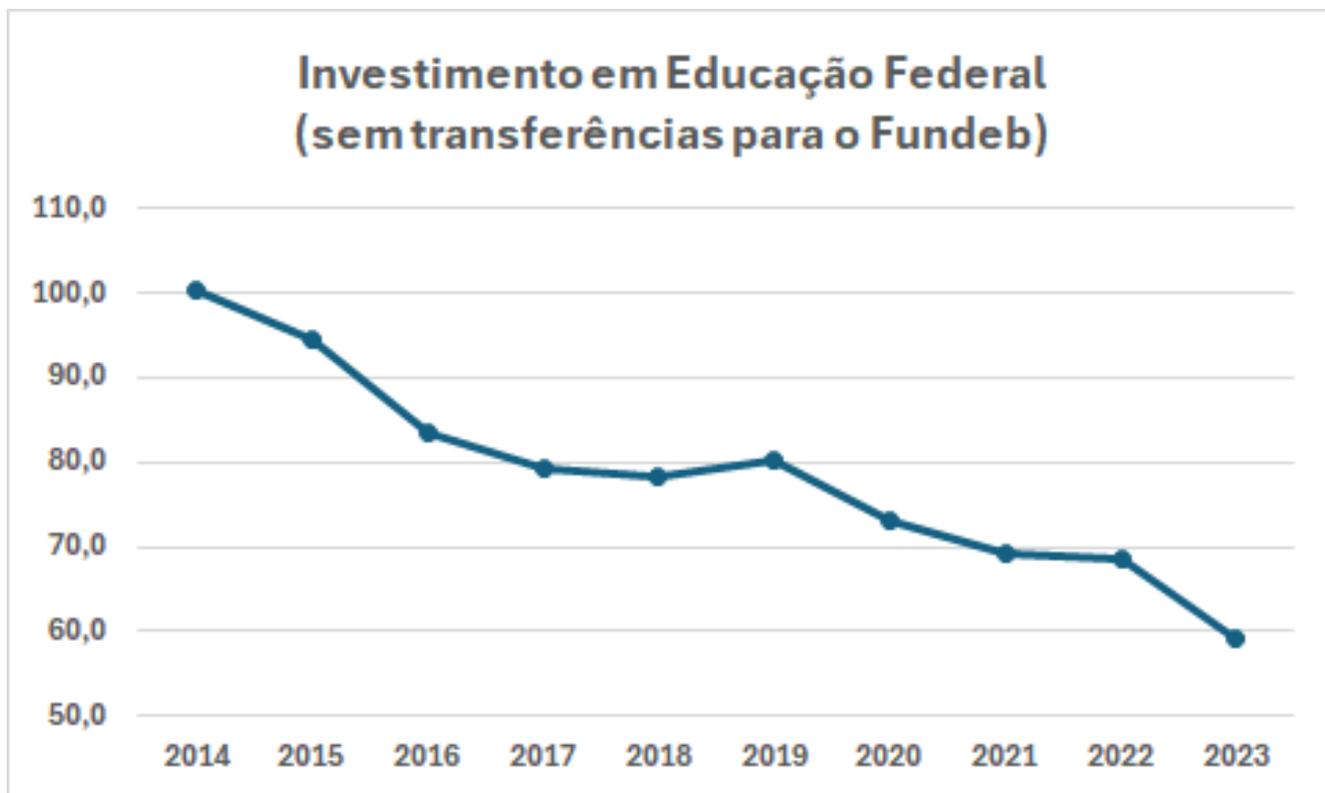
✓ **Fortalecer a luta contra a gestão da EBSERH e de entidades congêneres (fundações privadas, organizações sociais, dentre outras) nos Hospitais Universitários.**



Orçamento é pauta central na luta!

Na última década, de 2014 até 2023, o investimento na educação federal teve redução superior a 40%.

Os gráficos abaixo mostram os valores corrigidos para o período.



Fonte: Consultoria das Comissões de Orçamento do Congresso



Confira o calendário de negociações!

Em 6 de julho de 2023 foi protocolada a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2024.

Desde aquela data estamos sendo enrolados em diferentes mesas de negociação com o governo federal! Confira!!

📌 Reuniões da mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) com a bancada sindical:

- 11 de julho de 2023
- 25 de julho de 2023
- 10 de agosto de 2023
- 29 de agosto de 2023
- 6 de novembro de 2023
- 18 de dezembro de 2023
- 28 de fevereiro de 2024
- Convocada para 10 de abril de 2024

📌 Protocolo da contraproposta da bancada sindical:

- 31 de janeiro de 2024

📌 Reuniões da mesa Específica Temporária (carreira) no MGI com setor da Educação:

- 5 de setembro de 2023
- 3 de outubro de 2023
- 22 de fevereiro de 2024

📌 Reunião da mesa Setorial (pautas sem impacto orçamentário) no MEC:

- Convocada para 11 de abril de 2024

CÁLCULO DO REAJUSTE SALARIAL

(set 2016 a dez 2025)*

Bloco II (ANDES-SN)

14,14%

Reajuste
(set 2016 a
dez 2023)



3,87%

Estimativa
inflação
2024**



3,5%

Estimativa
inflação
2025**

= 22,71%***

Pagamento parcelado: 7,06% em 2024, 2025 e 2026****

* Fonte: Dieese

** Boletim Focus do Banco Central

*** O resultado da soma é obtido por cálculo financeiro e não por soma linear

**** Média geométrica de 22,71%

ANDES

SINDICATO NACIONAL



SINDOif

SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NO IFRS

**Reinvindicação da
bancada sindical ***

2024 = 7,06%

2025 = 7,06%

2026 = 7,06%

**Proposta do
governo federal**

2024 = ZERO

2025 = 4,5%

2026 = 4,5%

*** Recomposição dos governos Temer, Bolsonaro e Lula**

ANDES
SINDICATO NACIONAL



SINDOif

SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NO IFRS

**Reinvindicação da
bancada sindical**

**Equiparação de
benefícios com os
poderes legislativo
e judiciário**

**Proposta do
governo federal**

Aux. Alimentação *
R\$ 658 para R\$ 1.000

Aux. Saúde
R\$ 144 para R\$ 215

Aux. Creche *
R\$ 321 para R\$ 484,90

*** Não contempla aposentados e pensionistas**